

DOCUMENTAÇÃO

A cortesia é um meio de estabelecer pontes

Os Jogos Olímpicos de Pequim 2008 e a Exposição Mundial de Xangai 2010 deram à China a oportunidade de melhorar a sua imagem externa. Mas as autoridades não queriam limitar-se a erguer edifícios sem alma; havia que educar também cada cidadão... Ou, pelo menos, os de Pequim e de Xangai.

“Sem dúvida, estes edifícios espectaculares impressionaram toda a gente”, proclamava triunfante o “China Daily” em 2007. “Muito poucos se atreverão a questionar a capacidade do nosso país de apresentar um soberbo *hardware*, mas alguns estão preocupados com o nosso pobre *software*; esses maus modos que muitos cidadãos chineses manifestam”.

Além de informar sobre a implementação de vários programas a respeito de regras de etiqueta, o artigo mostrava o interesse do povo chinês por estas iniciativas e o dinheiro investido pelas autoridades.

A “cereja em cima do bolo” era uma exortação a manter-se nesta linha: “Os bons modos não são só para os eventos; são fundamentais para alcançar o objectivo do país de construir uma sociedade harmoniosa, manter o nível de desenvolvimento e ganharmos o respeito de toda a gente. Cultivar os bons modos dos nossos cidadãos é muito mais importante do que ganhar 100 medalhas de ouro”.

Algo mais do que “poder brando”

Assim concebidos, os bons modos seriam uma espécie de “poder brando” com os quais a China pretende melhorar a sua imagem externa. Mas a cortesia dos cidadãos de Pequim e de Xangai servirá de pouco enquanto as autoridades chinesas continuarem a exhibir os seus “maus modos” com os dissidentes no país.

No seu relatório anual, publicado em Março de 2011, a organização “Chinese Human Rights Defenders” denuncia 3.544 detenções arbitrarias, 118 casos de tortura e 36 “desaparecimentos forçados” de activistas pró-direitos humanos durante o ano de 2010. O último caso notório foi a detenção do artista Ai Weiwei por comentários críticos sobre o regime.

Precisamente em Janeiro de 2011, dois meses depois de Pequim ter proibido a família de Liu Xiaobo de se deslocar a

Oslo para receber o Prémio Nobel da Paz, o Ministério da Educação chinês publicou um guia para ensinar bons modos a crianças e adolescentes.

Segundo a agência chinesa de notícias “Xinhua”, o programa pretende “melhorar o carácter dos chineses e o ‘poder cultural brando’ do país”. Entre os objectivos que se exigem a cada grupo de alunos em função da sua idade, destacam-se o respeito pelos idosos e pelos costumes das minorias étnicas (para os alunos do ensino primário); utilizar uma linguagem correcta nos *emails* e *SMS* (ensino básico); ou aprender a vestir bem e a falar adequadamente em público (ensino secundário).

Agradar, para quê?

O caso da China reflecte o risco que acarreta a instrumentalização das boas maneiras. A requintada sensibilidade oriental parece desvirtuada neste aspecto por um formalismo orientado para ganhar os favores da opinião pública mundial.

Mas instrumentalizar o bom gosto não é só uma tentação para o regime chinês. Aos jovens de hoje, o mítico livro *Como ganhar amigos e influir sobre as pessoas*, do escritor norte-americano Dale Carnegie, poderia parecer-lhes um guia perfeito para fabricar hipócritas.

Publicado em 1936, este *best-seller* apresenta algumas técnicas para agradar aos outros nas relações sociais. São dados conselhos extremamente variados: uns dirigidos para a melhoria de capacidades, tipo falar em público ou ser um bom conversador; outros que ensinam maneiras de mostrar apreço real pelos outros; mas também há aqueles que reduzem as restantes pessoas a meros espectadores do *ego-business*.

O livro deslumbrou uma geração de norte-americanos que, em geral, viam com bons olhos o princípio “se queres recolher mel, não dês pontapés à colmeia”. A amabilidade era apresentada como um modo de reforçar a coesão social. Outra coisa era alguns pretenderem usá-la em proveito próprio.

Foi talvez esta vertente utilitarista dos bons modos o que fez inclinar o pêndulo para o extremo contrário. Como explica Christine B. Whelan, professora de sociologia na Universidade de Pittsburgh, a revolta contra cultural dos anos 60 e 70 desafiou esta mentalidade.

A cortesia começou a ser encarada como um artifício. A sinceridade sem peias – “digo o que penso, pise os calos que

pisar”– e a expressão das emoções, mesmo das mais viscerais, foram apresentadas como o que de mais autêntico existe. Talvez não tivessem lido Roland Barthes, para quem “a cortesia é mais generosa do que a franqueza, pois significa que a pessoa acredita na inteligência do outro”.

No ano passado, Whelan fez uma experiência com os seus alunos. Deu-lhes a ler o livro de Carnegie e depois tinham de responder a duas perguntas: “Achas que os seus conselhos resultam?” e “Parece-te que são honestos?”.

“A resposta à primeira pergunta foi um claro sim”, explica num artigo publicado pelo *site* “Big Questions Online”. “Contavam como se tinham libertado de multas por excesso de velocidade, como tinham arranjado um namoro, ou como haviam ganho a aprovação dos seus sogros potenciais graças às técnicas amigáveis de Dale Carnegie”.

Talvez por isso o interesse pelos bons modos e pelo protocolo seja uma dessas coisas que regressam sempre, mesmo que o objectivo seja o de querer saber inserir-se no ambiente laboral e social.

A segunda pergunta, pelo contrário, dividiu os alunos. Sorrir para alguém por quem não se sente nenhuma simpatia, não será hipocrisia? É certo que funciona e que as pessoas depois correspondem, como reconheceu um aluno. Mas a pessoa sente-se, acrescentava, como se estivesse a mentir a si própria.

Segundo C. S. Lewis, Whelan propôs uma reflexão aos seus alunos: começar a fazer coisas pelos outros é uma forma de começar a gostar deles. Mais do que hipocrisia, é uma tentativa de estabelecer pontes: “Tratar os outros ‘como se’ já existisse amizade, é um primeiro passo para a criar”.

E, também, para nos mudarmos a nós mesmos. Assim o observava o moralista francês Jean de la Bruyère (1645-1696): “A cortesia faz aparecer o homem por fora tal como deveria ser interiormente”.

A realidade é que viver numa perpétua espontaneidade não é viável. Dominique Picard, autor de dois livros sobre a cortesia, declara ao “La Croix” (12 de Janeiro de 2011): “A cortesia é, por um lado, um sistema de regras algo formal (...). Mas, na sua base, é o óleo que se coloca na engrenagem das relações sociais, aquilo que permite viver em conjunto respeitando o outro, de maneira que toda a gente tenha o seu lugar”.

A amabilidade cura feridas

Gill Corkindale, especialista em administração de empresas e ex-gerente do “Financial Times”, também é das que pensam que a amabilidade não é um artifício. De facto, conforme conta no seu *blogue da Harvard Business Review*, foi o apoio dos seus colegas que a ajudou a recuperar a vontade de trabalhar após ter sofrido um duro golpe.

A sua vida profissional decorria sem grandes sobressaltos; aos períodos de maior *stress* seguiam-se outros de calma. Dedicava bastantes horas a melhorar a sua formação e preocupava-se muito com os assuntos quotidianos.

Tudo ia sobre rodas até ao dia em que lhe disseram que um familiar muito querido havia morrido de forma inesperada. “Fiquei paralisada, absolutamente desconcertada. Durante várias semanas fui incapaz de pensar ou de falar sobre o trabalho. A vida parou, e não tinha forças para começar de novo”.

Houve duas coisas que a ajudaram a recuperar pouco a pouco. O choque – reconhece com uma sinceridade desarmante – abriu-lhe os olhos e fê-la aperceber-se de que havia muita gente à sua volta que também tinha problemas sérios.

Um banqueiro jovem contou-lhe os problemas por que passou quando a sua irmã de 27 anos faleceu; um empresário de 47 anos confessou-lhe as suas batalhas para superar a alcoolemia que havia acabado com as vidas do seu pai, do seu irmão e do seu tio antes dos 50 anos de idade; outra colega disse-lhe que estava exausta de cuidar do seu filho de 6 anos, que sofria de uma doença terminal...

A segunda coisa que a ajudou a enfrentar a vida foi o apreço dos seus chefes e dos seus colegas. “Deram-me tempo e espaço suficientes para recuperar. Respeitavam os meus desejos de estar a sós e, ao mesmo tempo, encorajavam-me a dar pequenos passos para seguir em frente. A amabilidade marcou a diferença”.

J. M.

Severidade oriental cria debate educativo

Um livro de uma professora de origem chinesa da Universidade de Yale, que desafia os padrões ocidentais sobre a educação das crianças, fez aparecer colunas de opinião e centenas de comentários nos fóruns de vários periódicos norte-americanos. O livro de Amy Chua, “Battle hymn of the tiger mother”, atreve-se a pôr em dúvida ideias que praticamente se consideram dogmas entre os pais actuais, como o receio de afectar a auto-estima das crianças, a superprotecção para evitar aquilo que as possa prejudicar ou molestar, e a tendência crescente para favorecer os seus gostos e preferências. Contra essa visão generalizada, Chua apresenta um modo de educar diametralmente oposto, e que - segundo diz - prepara melhor para a vida. Qual o motivo porque os orientais açambarcam os prémios dos concursos de matemática ou dos certames musicais destinados às crianças? Para a autora, devido aos padrões educativos seguidos pelos seus pais, que até “podem fazer coisas que pareceriam inimagináveis – até susceptíveis de denúncia - aos ocidentais”, assegura. Tudo se baseia na exigência, na repetição até alcançar o resultado, num controlo férreo e em ignorar outros interesses da criança.

A crueza com que Amy Chua apresenta estes assuntos no livro, do qual foi antecipadamente dado a conhecer um extracto no “The Wall Street Journal”, já recebeu numerosas respostas.

Em determinados casos, desmente-se o retrato brando que é oferecido dos pais ocidentais e são atacados os efeitos da severidade chinesa no equilíbrio psicológico dos filhos.

Outras respostas referem o modelo de pessoas a que conduz a excessiva severidade. Nem têm flexibilidade suficiente para actividades que exigem criatividade, nem se preparam para dialogar com os amigos, nem para o trabalho em grupo.

O que significa “triumfar”?

A escritora Mary Hasson vê as coisas de outra maneira. Na sua opinião, o interesse despertado pelo livro de Chua revela duas coisas. “Em primeiro lugar, que estamos completamente perdidos, como sociedade, sobre o que significa ser ‘bons pais’. Em segundo, derivado do anterior, que não sabemos muito bem o que significa o ‘sucesso’”, escreve em “wordsfromcana.wordpress.com”, o seu blogue.

Sem dúvida, o método disciplinado de Chua - com o qual ganhou a pulso o qualificativo de “mãe tigre”- pode levar à perfeição. Mas é uma perfeição que só vai brilhar nas salas de aula e nas salas de concertos.

E o que querem os pais ocidentais? Pois, que os seus filhos sejam felizes. Daí lhes desagradar tanto o “método tigre”. Como vão ser felizes, interrogam-se os críticos de Chua, crianças a quem se cortaram a inovação, a independência e a criatividade? Ditar a um filho o que tem de fazer a cada momento, seria limitar o seu potencial como trabalhador, algo muito valorizado pelos pais ocidentais. Mas, a dedicação de tempo que lhes exigiria levar à prática o “método tigre” com os filhos, é um luxo que a maioria dos pais não se pode permitir.

Hasson dá a sua opinião: tanto Chua como os seus críticos se enganam. Os pais ocidentais fracassam muitas vezes ao fixar metas para os seus filhos demasiado medíocres. Ou apresentam-lhes as coisas de modo tão fácil, consentem-lhes tanto, que qualquer esforço é para os filhos algo de heróico ou entediante. Nisto, Chua tem razão.

Mas o manifesto de Chua a favor do “método tigre” engana-se ao identificar o sucesso com os resultados. “Sem um propósito de fundo nobre e sem um adequado desenvolvimento do carácter, resultados admiráveis não seriam mais do que o fruto de aspirações narcisistas, da ganância ou do se fechar sobre si próprio. E penso que todos estaremos de acordo em que, nisto, não há nada de bom”.

E conclui: “A medida do nosso sucesso como pais não é o que os nossos filhos façam ou consigam, mas em que tipo de pessoa se transformam. Ao fim e ao cabo, tem a ver com o que uma pessoa é e não tanto com aquilo que faz”.

J. M.

Escolas privadas apostam mais na cidadania

Nos EUA, como noutros países, é alargada a crença de que a escola pública é, no ensino dos valores cívicos, mais eficaz do que a privada. Mas, na realidade, os professores dos centros privados estão conscientes da importância dos valores de cidadania, esforçam-se por ensiná-los e, sobretudo, têm maior sucesso.

“High Schools, Civics and Citizenship: What Social Studies Teachers Think and Do” é o título de um estudo, realizado pelo *think tank* “American Enterprise Institute”, que se insere num projecto de investigação mais amplo sobre a “cidadania norte-americana”, e se baseia em mais de mil entrevistas com professores de ciências sociais de escolas do ensino secundário, tanto públicas como privadas. Pretende apresentar uma imagem fiel do que estes professores fazem para transmitir convicções e princípios cívicos.

O similar e o diferente

Mostra, por exemplo, que os professores da escola privada e os da pública partilham as mesmas prioridades. A interiorização de valores tão fundamentais para a convivência, como a tolerância ou a igualdade, é essencial para 54% dos professores dos centros privados e para 49% dos pertencentes a escolas públicas. Similar é igualmente a importância que os dois grupos dão ao fomento de condutas cívicas (que constitui uma prioridade para 49% dos da pública e para 44% dos da privada) e da compreensão dos princípios políticos do país (um objectivo educativo importante para 43% dos professores da privada e para 38% dos da pública).

Mas também existem grandes diferenças. 86% dos professores dos centros privados consideram ter um maior controlo e poder de decisão sobre o conteúdo das disciplinas de ciências sociais (nas quais se enquadra a educação cívica), enquanto que só pensam o mesmo 45% dos professores das escolas públicas. Além disso, os primeiros confiam mais que os segundos em que realmente os seus estudantes consigam aprender o necessário antes da formatura.

Por outro lado, 31% dos professores da escola privada estão seguros ou muito seguros de que conseguem inculcar nos seus alunos hábitos tão importantes como a vontade de trabalhar ou a pontualidade, enquanto só 6% dos professores dos centros públicos dizem o mesmo. E na tolerância para com pessoas ou grupos diferentes, 43% dos professores da escola privada acham que conseguem fomentar este valor entre os seus alunos, opinião partilhada por apenas 13% dos professores de centros públicos.

Educar com o exemplo

A julgar pelos dados, pode dizer -se que nas escolas privadas, a educação cívica não se limita ao simples ensino de conceitos teóricos. É significativo a este respeito que 82% dos professores do sector privado digam que as suas escolas

exigem aos seus alunos o desempenho de algum serviço comunitário enquanto requisito para se formarem, resposta que somente é avançada por 37% dos professores da pública.

Igualmente, os órgãos directivos dos centros privados envolvem-se na manutenção e na promoção de um ambiente correcto e respeitador na escola, de acordo com 88% dos professores inquiridos; o mesmo dizem 65% dos professores de escolas públicas em relação aos seus directores.

Por último, é revelado que enquanto 91% dos professores do sector privado pensam que os seus centros fomentam a participação dos estudantes nos conselhos escolares e na implementação de actividades relacionadas com a educação cívica (clubes de debate, etc.), nas escolas públicas têm essa opinião 73% dos docentes.

Professorado comprometido com o país

Os dados voltam a mostrar, no plano geral, algo que já era conhecido: o compromisso da maior parte dos cidadãos norte-americanos com o seu país. Tal como noutros inquéritos realizados ao conjunto da população, o do “American Enterprise Institute” reflecte que 83% dos professores inquiridos, tanto da escola pública como da privada, acham que os EUA são um país único e diferente dos restantes, contra 11% que o situam ao mesmo nível que outros.

Não é de estranhar, portanto, que muito menos haja grandes diferenças entre os professores da escola pública e da privada sobre alguns temas: 88% dos professores em geral pensam que é essencial que os seus alunos aprendam a amar o seu país e 76% defendem que as escolas devem fomentar o respeito pelas forças armadas. Igualmente 83% consideram muito importante que os estudantes conheçam, mais do que datas e dados sobre acontecimentos históricos, as liberdades reconhecidas na Declaração de Direitos.

Estes são anseios e desejos dos professores, mas conseguem realmente? 79% dos inquiridos consideram que os seus alunos, antes de se formarem, conhecem as liberdades de que gozam, embora apenas 24% estejam muito seguros disso. 50% confiam também em ter inculcado nos seus alunos bons hábitos, como a vontade de trabalhar, a pontualidade e a responsabilidade, mas só 6% se mostram totalmente seguros.

J. C.